

VIVENDO NA DESIGUALDADE:

Tensões, Conflitos e Mobilização Social no meio rural maranhense*

Viviane de Oliveira Barbosa**

Resumo: Analisam-se experiências de trabalhadores rurais no Maranhão, especialmente quebradeiras de coco, que, em fins da década de 1980, organizaram-se no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). As vivências desses sujeitos são marcadas por diferenças e desigualdades em diversos níveis, algo que pode ser visto a partir da reconstituição das múltiplas estratégias de resistência por eles acionadas no enfrentamento de conflitos sociais em torno da terra e dos babaçuais.

Palavras-chave: Quebradeiras de coco. Desigualdades. Conflitos. Mobilização. Maranhão

No Maranhão, a exemplo de outros estados do Brasil, como Pará e Tocantins, e de outros países da América Latina, como Bolívia e México, são comuns babaçuais.¹ Somente no estado maranhense aproximadamente 400 mil famílias vivem da economia do babaçu, cuja extração (coleta e quebra) é realizada sobretudo por mulheres trabalhadoras rurais (auto)identificadas como *quebradeiras de coco*². Combinadas com o extrativismo do babaçu, são efetuadas outras atividades, como a pesca, o artesanato, a saída de homens para áreas de extração aurífera (garimpos) e, principalmente, a agricultura.

O presente artigo visa analisar experiências de trabalhadores rurais no Maranhão, especialmente quebradeiras de coco, que, em fins da década de 1980, organizaram-se no

* Trabalho apresentado no Fórum de Pesquisa *Culturas das Desigualdades*, organizado pela Comissão de Relações Étnicas e Raciais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

** Licenciada em História pela Universidade Federal do Maranhão. Mestra e Doutoranda pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia.

¹ Localizado no litoral norte do Brasil, o Maranhão é o estado com maior incidência de babaçuais no país, concentrando cerca de 53% dessa floresta secundária. Práticas de desmatamento periódico com queimadas sucessivas são os principais causadores do grande aumento das palmeiras de babaçu, sobretudo na região nordeste do Brasil. A palmeira de babaçu (*Orbignya phalerata*) tem aproximadamente 15 metros de altura e costuma produzir mais de 500 frutos a cada florada. Atualmente, sabe-se que dessa palmeira podem ser extraídos cerca de 68 sub-produtos. O babaçu é constituído de quatro partes principais: o epicarpo, o mesocarpo, o endocarpo e o fruto (amêndoa). A amêndoa do babaçu pode ser extraída de diversas formas, mas, em geral, a sua retirada é feita com o auxílio de um machado e de um pedaço de madeira (porrete). A época e a intensidade da safra do babaçu variam de região para região, sendo determinadas principalmente pela localização dos babaçuais, populações existentes e condições meteorológicas vigentes. Fonte de renda para a manutenção de muitas famílias, o extrativismo do babaçu contribui também para conter o êxodo rural.

² A construção da identidade de quebradeiras de coco foi algo lento e processual. Inicialmente, muitas mulheres espalhadas pelo estado tinham como principal atividade a quebra do coco e eram vistas pela sociedade local como quebradeiras de coco, entretanto, esta não era uma identidade coletivamente pensada e manipulada por elas. A partir da década de 1980, a identidade de quebradeira de coco é definida e construída em mobilizações pela garantia da posse da terra, e pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu.

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)³. As vivências desses sujeitos são marcadas por diferenças e desigualdades em diversos níveis, algo que pode ser visto a partir da reconstituição das múltiplas estratégias de resistência por eles acionadas no enfrentamento de conflitos sociais em torno da terra e dos babaçuais⁴.

Conflitos Rurais no Maranhão

Os conflitos constituem realidade marcante no estado do Maranhão e “as terras férteis do babaçu estão nas regiões mais violentas do Brasil” (CPT, 1990, p. 15). Em grande medida, esses conflitos retratam as desigualdades presentes no meio rural maranhense. Concentração fundiária, criação de pastos para pecuária extensiva, queima de roçados e devastação de palmeiras de babaçu têm contribuído para o desequilíbrio ambiental e ameaçado a sobrevivência de quebradeiras de coco, agricultores e pescadores do estado. Historicamente, a grilagem é o que tem predominado nas terras maranhenses. Foram poucos os trabalhadores rurais que conseguiram legalizar suas terras. Em geral, eles foram em busca de outras áreas ou se tornaram arrendatários, submetidos aos novos donos e, principalmente, passaram a servir como mão-de-obra assalariada. Ao longo dos anos, houve no Maranhão uma combinação entre racionalização econômica, grilagem e modernização, amparada por projetos autoritários e classistas por parte do Estado.

Ao longo de décadas, o Maranhão se constituiu em um dos estados do Brasil com maior índice de conflitos envolvendo trabalhadores rurais. De 1964 até 1990, foram assassinadas 1630 pessoas ligadas a movimentos sociais rurais, entre índios, lavradores, sindicalistas, religiosos e advogados. Essas mortes eram geralmente executadas por pistoleiros a mando de proprietários de terra e grileiros. Grande parte daqueles casos continua sem punição, somente 29 foram levados a julgamento e em apenas 13 deles houve condenação (TEMPOS NOVOS, 1992b, p. 12).

Em sua maioria, os envolvidos em conflitos no estado são quebradeiras de coco babaçu e agricultores, que constantemente vêm ameaçados o seu direito à terra e ao extrativismo. A atividade de coleta e quebra do babaçu, a partir da qual são extraídas as amêndoas do coco para uso próprio e para fins de comercialização, é um dos pilares de sobrevivência no estado. Os produtos agrícolas, cultivados para consumo próprio e, em algumas situações, voltados para o comércio, também apresentam papel central nesse contexto.

³ Este movimento é composto por trabalhadoras agroextrativistas dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins.

⁴ Nesse processo, mulheres agroextrativistas tiveram papel decisivo.

Da abolição da escravidão à década de 1950, o país atravessou uma fase de transição entre a atividade produtiva da grande propriedade exportadora e a consolidação de uma estrutura de produção fragilmente articulada no capitalismo industrial, num amplo processo de expansão no Centro-Sul. Além das relações econômicas, as relações de trabalho também se modificaram e surgiu uma nova estrutura agrária com terras de posse comunal de parcelas da antiga e grande propriedade rural, além da figura do posseiro de terras devolutas da União e do Estado (LACROIX, 2004, p. 115). Essa realidade brasileira se fez sentir também no Maranhão. Parte das terras do estado foi ocupada em sistema comunal ou de posse por descendentes de ex-escravizados, de indígenas, e por migrantes de outras regiões do país.

Nesse período, a pequena produção maranhense sofreu um desmembramento em pelo menos três níveis: 1) um processo de fracionamento das terras que foram sendo abandonadas pelos seus antigos donos e divididas entre ex-escravizados, que instalaram a produção de subsistência; 2) o deslocamento de uma parte dessa força de trabalho em busca de terras livres; e 3) a transformação de ex-escravizados em arrendatários e foreiros, que continuaram nas grandes propriedades pagando uma renda fundiária como aluguel da terra. A nova configuração da agricultura maranhense tomou uma outra dimensão a partir desses três desmembramentos, constituindo três formas produtivas: a pequena produção com propriedade da terra (pequeno produtor-proprietário); a pequena produção através da ocupação de terras devolutas (posseiro); e a pequena produção inserida na grande propriedade (arrendatários e foreiros) (AMARAL FILHO, 1990, p. 32-33). Ora, é evidente que o campesinato constituído no Maranhão não pode ser homogeneizado, devendo ser considerado os vários níveis de relação do trabalhador rural com a terra.

Desde a década de 1920 havia significativa corrente migratória de nordestinos para o Maranhão⁵. A implantação do sistema rodoviário estadual foi importante para o processo de ocupação das terras, principalmente na região do Itapecuru, uma das áreas de ocupação mais antiga. Nessa região, muitos dos trabalhadores tinham de pagar preços elevados pelo foro e muitos se dirigiram, entre 1940 e 1950, para a região do Mearim em busca de terras livres (LUNA, 1984, p. XXII). Frentes de expansão agrícola foram ocupando o estado a partir da década de 1950, na direção do Itapecuru para o Mearim, e chegando também às chamadas “terras livres” do Pindaré (LUNA, 1984, p. 4-5).

Em meados do século XX, intensificaram-se os problemas referentes à terra no Maranhão, o que resultou de diversos fatores. As migrações, que alcançaram o apogeu nas décadas de 50 e 60, também contribuíram para gerar esse quadro. Entretanto, os conflitos de

⁵ Entre as décadas de 1940 e 1960, o Maranhão recebeu um número significativo de migrantes originários dos estados do Ceará e Piauí. Esses sujeitos se dedicaram principalmente à lavoura de arroz, que teve sua produção aumentada nesse período.

terra se acirraram quando da implantação da “Lei Sarney de Terras” (Nº 2.979/ 17-07-1969), também chamada de “Lei de Terras do Sarney”⁶, que respaldava a privatização das terras públicas do estado e incentivava a expansão de projetos agropecuários e agro-industriais, excluindo famílias rurais do acesso à terra e aos babaçuais. A partir dessa lei, vários projetos de implantação de monoculturas foram desenvolvidos, seguindo-se um forte processo de concentração fundiária, que originou conflitos pela posse de terras entre os “antigos ocupantes”, majoritariamente afrodescendentes e indígenas, e os ditos proprietários, oriundos do próprio estado ou de outras localidades.

Nesse período,

A terra, que até então era usufruída livremente pelos lavradores, assume um valor no mercado. A reordenação do espaço territorial, baseada no princípio jurídico da propriedade privada da terra, gera novas relações de produções: separa os produtores diretos em duas categorias: proprietários e não proprietários dos meios de produção e favorece a concentração da terra nas mãos de grileiros e de grandes grupos empresariais, apoiados pelo poder político do Estado”. (LUNA, 1984, p. 42-3)

No Maranhão, o processo mais comum de expropriação dos trabalhadores rurais foi a grilagem em seus mais variados níveis: 1) terras apropriadas, geralmente com violência, para simples especulação, reserva de valor; 2) terras tomadas e destinadas a atividades agropecuárias; os posseiros foram expulsos ou passaram a pagar renda (coco ou arroz); 3) terras foram tomadas por um herdeiro do dono que possuía o título das terras, expulsando os demais (herança sem partilha); 4) terras como objeto de grilagem cartorial, falsificação de títulos e documentos em cartórios; 5) terras indígenas invadidas por empresas ou fazendeiros. (LUNA, 1984, p. 46)

A abertura de estradas acabou por facilitar a demanda por terras, que passavam a assumir amplo valor no mercado, tornando-se um negócio altamente rentável. Ao mesmo tempo, em algumas localidades houve aparato institucional para a instalação de empresas agropecuárias, mineradoras e extrativas, muitas vezes exatamente em áreas em que trabalhadores já tinham a posse das terras. O Estado empregava um discurso de ocupação “racional” a fim de disciplinar o alargamento da fronteira agrícola e promover uma “modernização” no setor primário. Era uma política que visava destinar terras disponíveis para os investimentos agropecuários e, concomitantemente, implantar projetos de colonização para abrigar camponeses que viessem de situações conflitivas. Desse modo, a ambigüidade se impõe nessa prática: embora houvesse uma política oficial de incentivo à pequena produção familiar, a ser empregada ao mesmo tempo em que o Estado investisse nas grandes empresas,

⁶ O “Grupo Sarney”, também denominado de “oligarquia Sarney” (COSTA W, 1998; 2002) ou “dinastia Sarney” (GONÇALVES, 2000), chega ao poder político do estado em 1966, ano em que José Sarney é eleito Governador do Maranhão. Desde então, seus familiares e aliados têm ocupado os principais cargos políticos do estado.

houve uma predominância desta proposta em detrimento daquela primeira (LUNA, 1984, p. 56, 57, 58).

Diante dessas políticas, as desigualdades se evidenciaram, os conflitos se tornaram inevitáveis e os trabalhadores tiveram que procurar apoio em outros setores que não o governo. Como bem destaca Luna (1984, p. 6) as instâncias que eram pensadas como harmonizadoras e negociadoras nesse momento de avanço capitalista foram, na prática, suporte para a expropriação do campesinato. Incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para os novos projetos implantados junto ao Estado acirraram a perda das terras pelos trabalhadores. Os projetos agropecuários não implicaram em novas tecnologias e nem mesmo em empregos para os destituídos da terra. Além disso, a expansão das áreas de pasto não significou necessariamente a expansão produtiva da pecuária (LUNA, 1984, p. 6, 60). A transformação nas relações atingiu tanto as áreas mais antigas quanto as terras devolutas de ocupação mais recente. A substituição da atividade agrícola pela pecuária agravou a situação de oferta dos produtos agrícolas, gerando a escassez dos mesmos e, principalmente, dificultando a situação dos trabalhadores do campo.

Inegavelmente, esse quadro teve relação com o processo de “modernização” e “desenvolvimento” proposto pelo Estado. No discurso de modernização agrícola e da superioridade da agricultura mecanizada, empregado desde a década de 1970, não é incomum os trabalhadores rurais, diante de empresários agrícolas, serem diminuídos e estigmatizados como indolentes e sem preparo técnico. Mesmo estando envolvidos em 80% da produção agrícola os trabalhadores eram considerados cidadãos de segunda categoria (SMDH, 1992, p. 12). Em nome da modernização e do direito absoluto de propriedade, o Estado ignorou a existência de pessoas que há muitos anos detinham a posse de terras. No Maranhão foram inúmeros casos em que trabalhadores rurais foram expropriados pelo poder público, amparado e legitimado pelo poder judiciário.

Os empreendimentos que levavam em consideração o desenvolvimento da pecuária e a implantação de monoculturas tiveram um efeito negativo e imediato na vida de trabalhadores rurais do estado. Alguns dos projetos implantados ajudam a visualizar esse quadro. Alguns, em particular, geraram a resistência de mulheres e desencadearam focos mobilizatórios que, mais tarde, se ampliaram. Dessas mobilizações resultaram organizações, inclusive o MIQCB. Embora os impactos dessas novas políticas tenham tido resultados parecidos nas microrregiões da Baixada, do Médio Mearim e de Imperatriz (áreas de atuação do MIQCB), cada uma delas apresentou feições específicas. Os conflitos sociais no meio rural maranhense tenderam a se alastrar a partir da década de 1970 atingindo praticamente todo o

estado. Sem dúvida, em algumas áreas eles foram mais expressivos, apresentando-se de forma mais violenta e tendo como respostas lutas mobilizatórias mais significativas.

A pecuária foi um dos fatores que predominou em todo o estado como motivador de conflitos sociais. Se na Baixada Maranhense, região de ocupação antiga, os investimentos se voltaram principalmente para a bubalinocultura, no Mearim, área de ocupação mais recente, a bovinocultura foi a atividade que, a partir de 1970, intensificou os conflitos na região. O avanço na pecuária se deu de 1975 a 1985. Na microrregião de Imperatriz, o cultivo de soja prejudicou um grande número de pequenos produtores. O aumento da silvicultura de eucalipto, nos últimos dez anos, também teve bastante impacto na vida desses grupos.

A criação de búfalo foi introduzida no Maranhão na década de 1930, mas os incentivos estaduais e federais para a atividade só se iniciaram a partir dos anos 1960, quando a bubalinocultura passou a ter importância econômica. Na década de 1960,

Alguns segmentos do Governo começam a apresentar a bubalinocultura como a tábua de Salvação da Baixada, cuja economia estava sendo considerada como estagnada. Dali em diante, segundo os planejadores, a região poderia se tornar uma grande bacia leiteira, bem como poder-se-ia incrementar a pecuária de corte, tendo em vista ser aquele animal reconhecido tecnicamente como grande reprodutor de carne e leite superando o gado bovino (SMDH, 1992, p. 60).

Anos depois, instituições de caráter social e ambiental verificaram que a implantação dessa atividade não significou nenhum desenvolvimento social para a Baixada Maranhense. Contrariamente, gerou uma série de problemas, pois a inserção do búfalo ocasionou um desequilíbrio ecológico e social para pequenos produtores rurais, pescadores e quebradeiras de coco da região, impulsionando violentos conflitos.

Certamente a criação bubalina beneficiou grandes fazendeiros que tiveram investimentos públicos para o desenvolvimento de seus projetos e, igualmente, a oportunidade de aumentar seus patrimônios. Além disso, esses criadores não precisaram montar pastos nem infra-estrutura já que os animais eram criados soltos, ocupando os campos naturais, o que comprometia a saúde e a vida dos pequenos trabalhadores. A pecuária extensiva foi também responsável pela maior parte da devastação dos babaçuais existentes no estado, sob a alegação de que os gados bovino e bubalino necessitavam de espaço para se desenvolverem e de que as palmeiras prejudicavam a atividade, pois as cascas do coco feriam os animais. Os fazendeiros costumavam também proibir a fabricação do carvão pelos trabalhadores, alegando que os animais adoeciam ao caírem nos buracos das caieiras.⁷

⁷ Ainda hoje há mulheres impedidas de coletar o coco nas pastagens artificiais e também de fazer caieiras. É comum que elas paguem uma diária para que alguém (principalmente homens) faça o carregamento do coco das áreas de extração até os seus povoados.

No início da década de 1980, em Turiaçu, encontram-se registros de conflitos envolvendo a criação de búfalos na região. Em 1989, houve ações organizadas de trabalhadores rurais dos municípios de Anajatuba, Santa Rita, Rosário e Vitória do Mearim que, insatisfeitos com a criação extensiva de búfalos, mataram alguns desses animais. Os trabalhadores afirmavam que os búfalos destruíam seus roçados, atacavam pessoas (algumas das quais foram mortas), destruíam os seus materiais de trabalho, contaminavam a água, e até comiam suas roupas. Nessa época, há um crescente número de prisões de trabalhadores rurais, decorrente de uma campanha abertamente deflagrada que visava acusá-los de ladrões de gado. Essas prisões geralmente vinham acompanhadas de outras violências como invasões domiciliares, apropriação de armas de caça e munição, destruição de utensílios domésticos. (SMDH, 1992, p. 61)

Em 1990, um laudo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) afirmava que um grande número de búfalos num único espaço desequilibraria o meio ambiente. Antes disso, em outubro de 1989, um artigo da Constituição Estadual estabelecia que, num prazo máximo de dois anos, os criadores de búfalos deveriam retirar seus rebanhos dos campos naturais da Baixada Maranhense. Foram tomadas as providências contra a criação extensiva dos búfalos, que deveriam ser retirados dos pastos até 5 de outubro de 1989. No entanto, até o prazo final firmado pela Constituição os criadores não haviam cumprido a determinação. Diante disso, um novo prazo foi votado (mais dois anos), o que desagradou os trabalhadores rurais, que viam nessa prorrogação uma alternativa para que os criadores manobrassem o estabelecido, continuando com seus rebanhos nos campos públicos da região, e para que exigissem a prisão dos trabalhadores que saíssem em defesa de seus roçados e de suas áreas de pesca (SMDH, 1992, p. 62-63).

Em 1991, uma outra medida foi tomada em favor da retirada dos animais, através do artigo 241 da Constituição Estadual, mas o problema não foi resolvido (CPT, 1991, p. 25). Para trabalhadores e membros da Igreja Católica, “o Governo Lobão é o principal responsável por esta situação ao descumprir frontalmente a Constituição do Estado. Da mesma forma, os deputados e os juízes, que acobertaram essa situação, são também responsáveis pelos conflitos e a violência na Baixada Maranhense”. (TEMPOS NOVOS, 1992c, p. 8.) Sem dúvida, os búfalos representavam grande ameaça aos lavradores e quebradeiras de coco de alguns municípios maranhenses, tanto que, em setembro de 1991, durante os festejos da Padroeira de Cajapió, Nossa Senhora das Mercês, houve orações com pedidos insistentes a Deus pela retirada dos búfalos da Baixada. Esses pedidos foram feitos por trabalhadores rurais dos municípios de Anajatuba, Cajapió, Rosário e Santa Rita (CPT, 1991, p. 25).

A luta pela posse da terra, principal motor gerador de conflitos agrários no Maranhão, teve nos anos 1980 um de seus períodos mais emblemáticos. Entre 1985 e 1990, os conflitos no campo envolveram cerca de 450 mil lavradores. Na época, de uma população de cinco milhões de habitantes, 65% vivia no meio rural (NOVOS TEMPOS, 1992a, p. 20). A Coordenadoria de Conflitos Agrários, do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher fizeram um relatório sobre a violência no campo maranhense entre os anos de 1985 e 1986 e divulgaram que, no município de Coroatá, 3 quebradeiras foram mortas e 3 trabalhadores feridos quando quebravam coco no latifúndio de um ex-deputado que exigia preferência na compra do produto. Também foram relatadas duas mortes dentro de um babaçual em Cajari num conflito gerado pelo pretenso proprietário ao proibir a entrada de extrativistas na área de coleta do coco. E, ainda, um assassinato de um líder sindical, em Pio XII, que promovia trabalhos com quebradeiras do município. No ano de 1987, num levantamento completo dos órgãos sobre o período, constava mais 7 casos de violência a mulheres e menores em áreas de babaçuais. (TEMPOS NOVOS, 1990b, p. 7)

Em 1990, após o Plano Nacional de Reforma Agrária (1985-1989), a situação nas áreas de babaçuais não mudou muito, pois os conflitos continuaram se dando em grande número. Um registro dessa época aponta que no Maranhão haviam sido desapropriados apenas quatro imóveis para fins de reforma agrária desde o início da Nova República. No início da década de 1990, também crescia a alegação de que não existia regulamentação dos artigos 184 e 185 da Constituição Federal, que visavam a desapropriação de áreas para a promoção de reforma agrária. Fato é que, durante esse período, poucos projetos de assentamento foram colocados em prática e os que foram implantados não receberam nenhum tipo de investimento, como assistência técnica, crédito agrícola e outros benefícios (SMDH, 1992, p. 9, 10).

Considerando os dados de 1991, por exemplo, quase mil e setecentos assassinatos foram documentados no Maranhão, mas houve somente 28 julgamentos, com apenas 14 condenações nos tribunais, o que mostra a ineficiência da justiça (CPT, 1991, p. 18). Somente entre os anos 1990 e 1991 foram registrados pela SMDH 127 confrontos agrários no Maranhão entre pequenos produtores e grandes proprietários, grileiros, madeireiros, pecuaristas, e outros agentes (CPT, 1992, p. 9). Certamente, esses conflitos tinham outras dimensões e as disputas também se davam em torno do extrativismo do babaçu.

No início dos anos 1990, por exemplo, em Peri-Mirim, dois proprietários começaram a cercar os campos naturais e a derrubar os babaçuais no povoado de Malhada dos Pretos. De imediato, os trabalhadores rurais se organizaram e entregaram um abaixo-assinado

às autoridades estaduais e federais, via Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). No mesmo documento, os trabalhadores cobravam o cumprimento da Constituição no que se refere à questão dos búfalos (TEMPOS NOVOS, 1991, p.10). Em 1993 também houve uma mobilização dos STRs de Santa Helena, Pinheiro, Vitória do Mearim, Bequimão, Palmeirândia, Santa Rita, São Bento, Viana, Alcântara, Peri-Mirim, Cajari e Rosário para discutir quais as medidas a serem tomadas para resolver o problema dos búfalos, que continuavam soltos nos campos naturais da Baixada (TEMPOS NOVOS, 1993, p. 10).

Também “o caso do Sul do Maranhão exemplifica como as tensões sociais são exportadas de uma região para outra do país, sem que o estado se preocupe em respeitar e incentivar as formas de apossamento e de produção características dos pequenos produtores de alimentos. Ao contrário, a ação oficial é que termina por provocar os conflitos agrários” (SMDH, 1992, p. 13). Durante o governo de Edson Lobão havia uma proposta política dirigida a ações do tipo Pólo Agrícola do Sul do Maranhão que, aprovada a nível federal, previa o emprego de US\$ 50 milhões em investimentos para a produção de no mínimo 200 toneladas de soja nos municípios de Tasso Fragoso, Balsas, Riachão, Alto Parnaíba, Carolina e Fortaleza dos Nogueiras, a partir de 1992. Nesse período, a experiência de colonização dos chamados gaúchos teve continuidade através daquele pólo, que reativava o mercado regional de terras e incentivava um tipo de privatização que desconsiderava as formas de ocupação anterior (SMDH, 1992, p. 11-12).

Na década de 1970 a microrregião de Imperatriz recebeu investimentos e apoio institucional para o desenvolvimento da pecuária (MESQUITA, 2001, p. 99). Esses investimentos acabaram por generalizar alguns dos conflitos já existentes na região. O desenvolvimento da soja também implicou em perdas para trabalhadores agroextrativistas da microrregião de Imperatriz, que tiveram de lutar por terras para o desenvolvimento de sua agricultura e se viram diante de uma nova realidade acerca do desenvolvimento de sua atividade extrativista. Nos anos 1990, houve um declínio na produção de babaçu e um aumento considerável no volume da soja, fomentado pelos incentivos de crédito e estatais (MESQUITA, 2001, p. 95).

Diversos casos de expropriação e de violência às práticas cotidianas de trabalhadores rurais incentivaram lutas sociais no campo maranhense. Sem dúvida, há inúmeras situações em que aqueles sujeitos enfrentaram conflitos pela posse de terras no estado. De acordo com Carneiro et al. (1996), as mobilizações na luta pela terra no estado tiveram seus principais focos nas regiões do Médio Mearim, Alto Mearim e Grajaú. Nessas localidades em que as mobilizações se deram mais sistematicamente após os conflitos, algumas áreas foram desapropriadas para fins de reforma agrária pelo Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outras compradas por parte do Governo do Estado do Maranhão. No contexto da Nova República terras foram desapropriadas, constituindo-se em assentamentos de reforma agrária (ANDRADE, 2005, p. 177). No Médio Mearim isso se deu em meados dos anos 1980 em municípios como Lago do Junco, Lima Campos, Esperantinópolis e São Luís Gonzaga do Maranhão (MARTINS, 2001, p. 143).

As mobilizações em torno do extrativismo também foram bastante expressivas e o acesso aos babaquais também tem constituído um elemento gerador de conflitos no Maranhão. Essa realidade, certamente, foi muito mais sentida em algumas partes do estado, como é o caso do Médio Mearim. Essa microrregião é dotada de uma extensa área de babaquais e marcada por um número expressivo de conflitos envolvendo quebradeiras de coco e agricultores.

Do “Tempo do Coco Liberto” ao “Tempo do Coco Preso”: conflitos pela terra e pelos babaquais no Médio Mearim

O direito a terra tem sido uma bandeira de luta de trabalhadores rurais em todo o Maranhão. As lutas extrativistas não ficaram atrás nessa empreitada reivindicatória. Os conflitos em torno dos babaquais também somaram números alarmantes. Parte desses conflitos pode ser visualizada na região do Mearim, pertencente à Zona dos Cocaís, maior produtora de babaçu no estado. A situação agrária dessa região à época de intensas disputas indicava um quadro em que 57% dos estabelecimentos rurais existentes eram arrendados, e apenas 22% dos trabalhadores eram posseiros (TEMPOS NOVOS, 1990b, p. 7).

Na microrregião do Médio Mearim⁸, as mobilizações pelo extrativismo e pela terra se deram de forma bastante expressiva. Na década de 1950, houve uma grande demanda por terras nessa área, o que fez subir o valor do aluguel da terra. Essa demanda foi ocasionada pela massiva chegada de migrantes na região (ANDRADE, 2005, p. 177). Os conflitos se desencadearam principalmente entre os anos 1970 e 1980. Na década de 1970, iniciou-se o processo de cercamentos⁹. O incentivo a pecuária, respaldado pelo governo do estado,

⁸ Até 1980, essa microrregião, pertencente à mesorregião Centro Maranhense, compreendia apenas os municípios de Bacabal, Pedreiras e São Luís Gonzaga. Houve, porém, uma reestruturação espacial e essa área passou a compreender os municípios de Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Olho D'Água das Cunhãs, Bacabal, São Mateus do Maranhão, Satubinha, Igarapé Grande, Lago Verde, São Bernardo do Mearim, Pedreiras, Santo Antônio dos Lopes, São Raimundo do Doca Bezerra, Trizidela do Vale, Bom Lugar, Pio XII, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Roberto, Lago da Pedra, Lima Campos, Poção de Pedras (ANDRADE; FIGUEIREDO, 2004).

⁹ Período em que fazendeiros/grileiros (muitos de outros estados da federação) se apropriaram das terras cercando-as em grandes áreas (fazendas) sobretudo para a realização de projetos agropecuários.

começou a agravar a situação de trabalhadores rurais, uma vez que áreas agricultáveis passaram a ser substituídas por capim (ANDRADE, 2005, p. 178).

Mesmo sem desenvolver a pecuária, muitos fazendeiros substituíam os babaçuais por pastagens a fim de intimidar a entrada dos trabalhadores nas áreas em que reconheciam de sua propriedade. Nesse sentido, o processo de cercamento constituiu mais do que uma ruptura de espaços para o trabalhador, indicou a concretização da grilagem e da violência (LUNA, 1984, p. 43).

Não obstante a perda significativa de suas terras, trabalhadores do Médio Mearim continuavam a exercer o extrativismo. Ainda assim, viam-se obrigados a vender o coco que era extraído para os novos proprietários. Esse período é construído pela memória dos trabalhadores e trabalhadoras como a passagem do “tempo do coco liberto” ao “tempo do coco preso” (especialmente anos 70 e 80). Essa concepção de tempo está diretamente relacionada com o trabalho que eles desenvolvem (MARTINS, 2001, p. 157) e com os episódios que marcam significativamente suas vivências, não raro conflitivas e atravessadas por desigualdades.

Inegavelmente, a noção de “babaçal livre”, presente em várias localidades do estado, responde também à concepção dos trabalhadores de que viviam em “terras livres” antes da chegada de grileiros/ fazendeiros (LUNA, 1984, p. 41). Uma quebradeira de coco escreveu uma poesia, em 1988, enfatizando esses aspectos:

Tenho quatro filhos, nenhum tem pai
Assim, não tenho dono, que nasci para dominação nenhuma
O babaçu também era assim, nunca ninguém plantou, nem agouou
Mas hoje o babaçu está preso (TEMPOS NOVOS, grifo meu, 1990b, p. 5).

O “tempo do coco preso” foi o momento em que as famílias rurais ficaram sujeitas a manipulações econômico-comerciais de fazendeiros, sendo implantados vários mecanismos a fim de subjugar-las. Os trabalhadores ficaram submissos aos donos de “barracões”¹⁰, sendo obrigados a vender o coco ou trocá-lo por gêneros alimentícios nas próprias fazendas. Nesse período, vários contratos extrativistas foram implantados para reger a coleta, quebra e venda do coco. Os mais conhecidos são o de “meia”, o de “foro” e o de “arrendamento”.¹¹ Entretanto, independentemente do tipo de contrato, eram feitos mutirões, dos quais homens, mulheres e crianças participavam, visando quebrar o máximo possível de coco, a fim de obter um maior rendimento ao final do trabalho. Ocorria que os

¹⁰ Galpões localizados nas fazendas onde mulheres, homens e crianças quebravam coco para proprietários de terras, muitas vezes esperando receber o dinheiro da venda do produto somente ao final da semana.

¹¹ Em todos os casos, tratava-se de uma parte da produção das quebradeiras que era entregue aos proprietários. Para maior detalhamento desses contratos, cf. MARTINS, 2001 e SHIRASHI NETO, 2001.

fazendeiros/grileiros, além de pagarem um valor ínfimo pelo quilo do coco, adulteravam o peso do produto em seu favor.

Sobre essa realidade dona Maria Bringelo afirmou:

Sei de comunidades em que dez quilos de coco valiam um quilo de arroz. Hoje, quebramos o coco e recebemos o dinheiro na hora. Isso foi uma grande mudança, porque, durante muito tempo, entregamos as amêndoas em troca de vale, um pedacinho de papel com o valor escrito. Se aquele pedacinho de papel se perdesse, nós perdíamos o dinheiro (DEMOCRACIA VIVA, 2004).

O extrativismo é realizado através de um sistema de uso comunal das palmeiras de babaçu, conforme necessidades e capacidades produtivas dos extrativistas. Desse modo, a restrição às áreas de babaçuais significou a perda de autonomia dos extrativistas e a exploração de sua força de trabalho. Iniciou-se um processo que, segundo Almeida (1995), era de imobilização do trabalho das quebradeiras de coco. Nesse período, houve um obstáculo ao aumento da oferta de amêndoas devido à crescente dificuldade de livre acesso, que também obrigou os trabalhadores a comprarem o óleo e o carvão, antes produzido por eles mesmos.

Nos conflitos rurais, “as mulheres, além de sofrerem as mesmas violências que os homens (ferimentos, torturas, prisão ilegal, tentativa de assassinato, morte, seqüestro) são vítimas de outros tipos de violências que as atingem no mais íntimo do seu ser, quais sejam, o estupro e o aborto provocado por maus tratos” (CPT, 1989, p. 25). Há registros de quebradeiras que foram agredidas quando, como forma de resistência, entravam nas propriedades e eram encontradas dentro das áreas de pastagens, as chamadas “soltas”, coletando coco. Esta realidade não é distante, pois há “ainda casos de violência física contra as quebradeiras no qual gerentes da fazenda, vaqueiros ou encarregados submetem as mulheres a surras e violência sexual” e “casos em que a mulher precisa roçar a quinta, ou seja, limpar a área do pasto, para ter acesso à área de quebra e coleta do coco” (ARAÚJO et al., 2004, p. 223).

Mesmo diante das adversidades, muitas quebradeiras enfrentavam os fazendeiros e/ou encarregados das fazendas, como foi o caso de dona Raimunda, moradora de Lago do Junco: “Quando ameacei de enfrentar os homens (os vaqueiros), me fizeram jogar as amêndoas para cima, montar num talo e sair galopando pela solta, debaixo dos risos e tiros. De medo de taca, as outras (quebradeiras) pegaram seus machados e fugiram correndo deixando as amêndoas” (TEMPOS NOVOS, 1990b, p. 7).

Ainda que enfrentassem dificuldades, como a falta de terra e a vigilância dos fazendeiros, as quebradeiras de coco resistiam de várias formas. Essa realidade é muito bem expressa num fragmento de uma poesia feita por dona Antonia P. da Silva, também moradora de Lago do Junco:

*Agora que é difícil é, ninguém tem mais a terra
Fazendeiro tomou tudo, matou muito babaçu, perseguiu os pobres
Mas assim mesmo, a gente vai e quebra.
Caminho como que pelas soltas, correndo do gado
Largando metade do couro das costas nessa miséria de arame [...]
Até já me prometeram taca, da gente entrar em pasto alheio
Mas a gente vai e quebra.
Caminha com esse peso danado
E no fim troca por um punhado de arroz (TEMPOS NOVOS, grifo meu, 1990b, p. 5)*

Resistindo à situação de quebra do coco por meio de sistema de vale, quebra de meia ou pagamento da renda, que beneficiavam apenas os fazendeiros/grileiros e impunham um regime de semi-escravidão, trabalhadores chegavam cedo e, em sistema de mutirão, quebravam o coco a fim de levá-lo para casa antes que os encarregados das propriedades chegassem. Quando os trabalhadores eram encontrados com os jacás cheios de coco era comum que os vaqueiros cortassem a alça dos cestos (MARTINS, 2001, p. 147).

Em oposição aos contratos extrativistas, os trabalhadores começaram a protestar queimando jacás e barracões. Essas ações geraram descontentamento nos proprietários que, em represália e como forma de conter a entrada em suas propriedades, começaram a derrubar os palmeirais. Nesse momento, década de 1980, os conflitos se alastraram por vários municípios do estado e a luta para impedir a derrubada de palmeiras transformou-se em luta pela terra (ANDRADE, 2005, p. 179). Certamente, antes de ser luta pela terra, a mobilização desses sujeitos era pelo seu trabalho e, sendo assim, era pela defesa e conservação de sua própria condição.

Diante do quadro de dificuldades ampliadas, em que se configuravam cercamentos de áreas de cocais, queimadas e derrubadas de palmeiras, torturas, ameaças de morte, etc., quebradeiras de coco e suas famílias se mobilizaram como forma de resistência a fazendeiros/grileiros, que ocuparam áreas com babaçuais arrogando-se o direito de propriedade, excluindo-as do acesso à terra e ao extrativismo e comprometendo sua sobrevivência. Sobre os cercamentos, a devastação dos babaçuais e a reivindicação do trabalho extrativo, os versos da música “Maria, filhos de Maria”, presente no repertório do MIQCB, não poderiam ser mais expressivos.

Não devaste o palmeiral / Deixe o coco dá raiz,
Eu vivo quebrando o coco / Do coco eu sou feliz.
Se você é fazendeiro / Ou um grande industrial,
Segure sua cabroeira¹² / Eu não sou o seu rival,
Mas deixe nossas palmeiras / Botar coco em seu quintal.
Eu não sei toda essa história / Nem quando terá fim,
Eu só quero quebrar coco / Eu não quero o seu capim,
Já não basta o mal da seca / Vem a cerca contra mim.
Você é dono do pasto / Do açude ou do curral,

¹² Bando de capangas, jagunços e/ou peões que trabalham para proprietários de terras.

É interessante notar que os conflitos narrados por quebradeiras de coco são marcadamente atravessados por relações de gênero. Nessas histórias, mulheres exercem um protagonismo que confronta um antagonismo masculino. A ameaça ao babaçual e à sobrevivência dos trabalhadores rurais é quase sempre atribuída a uma figura masculina, o fazendeiro/grileiro, o jagunço/capataz. Nesse sentido, pode-se dizer que conflitos pelo acesso e preservação dos babaçuais envolvendo quebradeiras de coco no Maranhão são também inscritos desde o lugar das relações de gênero.

Em algumas regiões, o corte de palmeirais por companheiros de quebradeiras era uma prática presente em meio aos conflitos com fazendeiros/grileiros. Em Lago do Junco, enquanto as mulheres impediam que contratados de fazendas cortassem as palmeiras de babaçu, os próprios homens dos povoados derrubavam-nas. Para impedir essas práticas, dentre outras coisas, as quebradeiras tentavam conscientizar seus maridos/companheiros de que o que eles ganhavam enquanto contratados para cortar as palmeiras era inferior à renda obtida pela mulher na quebra do coco. (ASSEMA EM REVISTA, 2004). Era comum que agricultores sem terra para trabalhar exercessem o trabalho contratado, especialmente a capina/roçagem da juquirá (espécie de mato).

É comum se afirmar que antes da restrição aos babaçuais o direito à terra já havia sido cerceado, limitando o espaço de plantio dos homens, principais envolvidos com a agricultura. Sobre este aspecto, lideranças do MIQCB afirmam que os homens só entraram nas lutas contra fazendeiros/grileiros motivados pelas reivindicações das mulheres pelo extrativismo. Inicialmente, a reivindicação era pelo acesso e pela não devastação dos babaçuais, uma vez que o corte das palmeiras, com o objetivo de coibir o trabalho extrativo e mesmo eliminá-lo, passou a ser recorrente. Para as famílias rurais, essa luta era uma questão de sobrevivência e também significava resistir à violência imposta às suas formas culturais e cotidianas de vida. Sendo assim, a violência sofrida por esses trabalhadores se inscreveu em sua memória e cotidianidade tanto em nível material quanto simbólico.

Durante os conflitos, as mulheres exerciam um papel fundamental quando se tratava de negociar com fazendeiros/grileiros. Quebradeiras não raro enfrentavam policiais e pistoleiros para garantirem sua permanência na terra e seu direito ao extrativismo. Andrade (2005, p. 179) afirma que, durante essas disputas, houve uma “divisão sexual do trabalho guerreiro” com o objetivo de desenvolver estratégias de enfrentamento aos antagonistas. Ela aponta que nas práticas desencadeadas por essas famílias “*a relação de gênero esteve sempre presente*, determinando o maior ou menor envolvimento na luta, conforme os papéis

desempenhados na divisão sexual do trabalho e de acordo com regras, valores, representações que regem as relações entre mulheres e homens camponeses” (ANDRADE, 2005, p. 184, grifo meu).

Considerando essa divisão, num primeiro momento, as negociações com os fazendeiros/grileiros para impedir a derrubada de palmeiras seriam feitas pelas mulheres, ficando os homens afastados, o que evitaria confrontos diretos (ANDRADE; FIGUEIREDO, 2004). Quando a situação se agravava e os proprietários iniciavam o corte das palmeiras era preciso homens, mulheres e crianças, famílias inteiras se organizarem na luta contra as derrubadas. Nesses conflitos, muitas famílias tiveram suas casas derrubadas ou queimadas a mando de proprietários. Nos confrontos abertos, maridos/companheiros de quebradeiras foram mortos, assim como vaqueiros e encarregados de fazendas (ANDRADE, 1997).

Nesse contexto de disputas e tensões, esses trabalhadores rurais criaram estratégias de resistência em contraposição às barreiras que lhes foram impostas. Ao se prepararem para o enfrentamento de situações adversas e na medida em que eram pressionados pela violência aumentavam sua atuação político-organizativa. No que concerne às quebradeiras, sua decisão em enfrentar restrições de fazendeiros/grileiros e suas iniciativas para impedir a derrubada de palmeiras, confrontando-se com proprietários, tomando a frente em muitas das negociações, incentivou a emergência expressiva de um movimento organizado, na busca de superação das desigualdades que lhes atingem, sejam elas de gênero, étnico-raciais ou de classe.

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. **Quebradeiras de côco babaçu – identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995)**. São Luís: MIQCB, 1995.

ALMEIDA, Alfredo W. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

_____. Preços e Possibilidades: A organização das quebradeiras de coco babaçu face à segmentação dos mercados. In.: ALMEIDA, A. W.; SHIRAISHI, J.; MESQUITA, B. (Orgs.). **Economia do babaçu: Levantamento preliminar de dados**. 2. ed. São Luís: MIQCB; Balaio Typographia, 2001, 27-46.

_____. A mulher camponesa e o estado. In: ANDRADE, Maristela (Orgs.), **Viúvas entre a violência e a impunidade**. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 1997.

ALMEIDA, Alfredo. W; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cynthia. **Guerra ecológica nos babaçuais**: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de *commodities* e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: Lithograf, 2005.

ALMEIDA, Alfredo W.; SHIRAISHI NETO, Joaquim. Introdução. In: ALMEIDA, Alfredo. W. et. al. (Orgs.) **Economia do babaçu**: Levantamento preliminar de dados. 2. ed. São Luís: MIQCB; Balaio Typographia, 2001, p. 15-26.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**. Um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: SIOGE, 1990.

ANDRADE, Maristela (Org.). **Viúvas entre a violência e a impunidade**. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 1997.

_____. **Terra de índio – Identidade étnica e conflito social em terras de uso comum**. São Luís: UFMA, 1999.

_____. Mutirões, empates e greves – Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. **Revue Lusotopie**, XII (1-2), 2005, p. 175-189.

ANDRADE, Maristela; FIGUEIREDO, Luciene. Na lei e na marra - A luta pelo livre acesso aos babaçuais. São Luís: Projeto Olhar Crítico. **ActionAid do Brasil**, 2004. Mimeografado

ARAÚJO, Helciane de F; MARTINS, Cynthia.; MAGALHÃES, Ana C. As quebradeiras de coco babaçu e a luta pelo fim da sujeição no campo. In: **DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ASSEMA EM REVISTA. **Um novo modo de vida existe no campo**. Pedreiras: ASSEMA, dez. 2004.

CARNEIRO, Marcelo; ANDRADE, Maristela; MESQUITA, Benjamin. A reforma da miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. **Revista Políticas públicas**, v. 2, n. 2, jul-dez, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**. Goiânia, 1996.

_____. **Conflitos no campo**. Goiânia: CPT, 1992.

_____. **Conflitos no campo**. Terra, água e pás: viver é um direito. Goiânia: CPT, 1991.

_____. **Conflitos no campo**. O espinhoso caminho para a liberdade. Goiânia: CPT, 1990.

_____. **Conflitos no campo**. Goiânia: CPT, 1989.

_____. **Conflitos no campo**. Goiânia: CPT, 1987.

COSTA, Wagner. **Sob o Signo da Morte: Decadência, Violência e Tradição em terras do Maranhão**. 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

- _____. **Do Maranhão Novo ao Novo Tempo:** a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, 1998. Mimeografado.
- DEMOCRACIA VIVA. Ibase, ed. 23,ago.-set., 2004.
- FIGUEIREDO, Luciene. **Empates nos babaçuais:** do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco no Maranhão. 2005. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- GONÇALVES, Fátima. **A Invenção do Maranhão Dinástico.** São Luís: EDUFMA; PROINCS, 2000.
- LACROIX, Maria de L. **A Campanha da Produção (1948-1958).** São Luís: ACM, 2004.
- LUNA, Regina C. **A terra era liberta:** um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré- Maranhão . São Luís: UFMA/SEMA, 1984.
- MARTINS, Cynthia. Acesso aos babaçuais e a relação entre as atividades econômicas no Médio Mearim, Baixada Maranhense, Tocantins e Piauí. In.: ALMEIDA, A. W. B. et. al. (Orgs). **Economia do babaçu:** Levantamento preliminar de dados. 2 ed. São Luís: MIQCB; Balaio Typographia, 2001, p. 139-180.
- MESQUITA, Benjamin. As relações de produção e o extrativismo do babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. In.: ALMEIDA, A. W. B. et. al. (Orgs). **Economia do babaçu:** Levantamento preliminar de dados. 2 ed. São Luís: MIQCB; Balaio Typographia, 2001, p.
- SANTOS, Edvaldo. Maria, filhos de Maria. **ASSEMA em Revista.** Um novo modo de vida existe no campo, São Luís, ASSEMA, dez. 2004.
- SHIRAISHI NETO, Joaquim. Babaçu livre: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas. In.: ALMEIDA, A. W. B. et. al. (Orgs). **Economia do babaçu:** levantamento preliminar de dados. 2 ed. São Luís: MIQCB; Balaio Typographia, 2001.
- SMDH. A ação oficial e os conflitos agrários no Maranhão – um balanço. In.: _____. **Conflitos de Terra registrados no Maranhão de 05/01/1990 a 31 de dezembro de 1991.** São Luís: SMDH, 1992. p. 9-15.
- SMDH. Conflitos de terra decorrentes da criação extensiva de búfalos. In.: _____. **Conflitos de Terra registrados no Maranhão de 05/01/1990 a 31 de dezembro de 1991.** São Luís: SMDH, 1992, p. 60-63.
- TEMPOS NOVOS, Maranhão, n. 98, abril de 1994a
- TEMPOS NOVOS, Maranhão, n 99, maio de 1994b.
- _____. Maranhão, ano X, n. 94, novembro de 1993.
- _____. **Cadernos da CPT-MA,** Maranhão, n. 2, junho de 1992a.

_____. Maranhão, n. 75, fevereiro de 1992b.

_____. Maranhão, n. 77, abril de 1992c.

_____. Maranhão, ano VII, n. 67, janeiro de 1991.

_____. Maranhão, n. 60, fevereiro, 1990a.

_____. Maranhão, ano VII, n. 66, dezembro de 1990b.

_____. Maranhão. n. 30, maio de 1987a.

_____. Maranhão, n. 38, dezembro de 1987b.